

Fluxos & Riscos n.º2, 2011

Pp. 155 - 160

VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional e a cooperativa Almadense de Solidariedade Social.

António Roseiro
Director

Resumo

A presente comunicação visa apresentar o Projecto VITAE na sua abrangência, incluindo a Vitae - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional e a Cooperativa Almadense de Solidariedade Social. Relativamente à Vitae - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional, serão referidos os vários projectos de intervenção: Centro Clínico; Centro de Formação; Centro de Acolhimento aos sem abrigo da Cidade de Lisboa; Etir (equipa técnica de intervenção de rua); Equipas de rua (redução de riscos e minimização de danos), bem como os seus objectivos e os seus resultados.

No que concerne a Cooperativa Almadense, pretende-se enquadrar a sua transformação de Cooperativa de Consumo para Cooperativa de Solidariedade Social a intervir nas necessidades da Sociedade actual como sejam os Cuidados continuados e o Apoio integrado a idosos.

Será apresentada, em concreto, a Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração com capacidade para 60 utentes, em processo de construção no Concelho de Almada.

Abstract

VITAE is a joint project of an international association of solidarity and development and a cooperative of social solidarity of Almada. The project includes various activities: A Clinic; a centre of attendance to homeless in the city of Lisbon; a team of specialists in social intervention - Etir; teams of street intervention.

The partner cooperative of Almada is in the process of conversion from a consumption oriented cooperative to a social solidarity project so as to be able to intervene in the present-day society in areas of continued assistance and integrated help to the aged. The Unit of Long term Continued Assistance being set up in the district of Almada will have capacity to assist 60 persons.

1. Projecto VITAE

O Projecto VITAE inclui a **Vitae - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional** e a **Cooperativa Almadense de Solidariedade Social**. A Associação VITAE é responsável por vários projectos de intervenção: Centro Clínico; Centro de Formação; Centro de Acolhimento aos Sem Abrigo da Cidade de Lisboa; Intervenção de Rua (inclui ETIR - equipa técnica de intervenção de rua e equipas de rua visando redução de riscos e minimização de danos).

A Cooperativa Almadense resultante da transformação de Cooperativa de Consumo para Cooperativa de Solidariedade Social tem intervenção nas necessidades da Sociedade actual como sejam os “cuidados continuados” e o “apoio integrado a idosos”. Em termos exemplificativos apresenta-se, em concreto, a Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração com capacidade para 60 utentes, em processo de construção no Concelho de Almada.

2. De uma Velha Cooperativa de Consumo a uma nova Cooperativa de Saúde

A Cooperativa Almadense, anteriormente denominada de *Sociedade Cooperativa Almadense* foi constituída por escritura pública em 16 de Março de 1891, constando no Livro Nº57 das notas do Cartório Notarial de Almada. Inicialmente a cooperativa estava incluída na área de consumo do sector cooperativo e era considerada uma instituição de utilidade pública. A cooperativa estava sediada na rua Serpa Pinto, nº25, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal.

A cooperativa, fundada por operários corticeiros, tanoeiros e outras profissões, atingiu o seu momento áureo no período de 1930 a 1970, ocupando um papel de grande relevância no desenvolvimento da Cidade de Almada. No seu vasto currículo inclui-se as actividades de carvoaria, padaria (ainda se ergue a imponente chaminé de tijolo), fancaria, mercearia, drogaria, talho (com matança de porcos), entre a sua fundação 1891 e 1930. Pelo seu carácter cooperativo até aos anos cinquenta só trabalhava de noite. A sua acção abrangia ainda às áreas culturais e recreativas assim como a dinamização do movimento associativo. No seu longo e difícil percurso encerrou a actividade comercial na década de 1990 sem contudo se ter extinto, graças ao esforço da direcção e de alguns resistentes cooperativistas.

Indiscutivelmente, a cooperativa, teve uma acção preponderante não só através da sua praxis, mas também pela divulgação do ideal cooperativo. O seu papel foi crucial na economia familiar, garantindo ainda o acesso à cultura através da sua biblioteca e comissão cultural. Fruto das condicionantes impostas pela conjuntura comercial e agressiva do mercado e pelas dificuldades vividas no sector cooperativo tradicional

um pouco por todo o lado, a cooperativa sobreviveu com o alento de recuperar através de um projecto que faça face às actuais necessidades que estão longe de ser as que lhe deram origem.

A 12 de Janeiro de 2008 foi proposta e eleita a nova Direcção e aprovado o Plano de Actividades para o período de 2008-2012. Conscientes das modificações na sociedade portuguesa, em particular nos aspectos relacionados com consumo na economia global, e por ser esta uma instituição sem fins lucrativos, decidiu esta direcção em 2007 e após a aprovação das contas relativas aos exercícios dos anos anteriores, admitir novos sócios e com eles projectou a transformação da Cooperativa Almadense. Na sequência das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária do dia 14 de Dezembro de 2007 e de acordo com as mesmas, procedeu-se à alteração do Objecto Social de Cooperativa de Consumos, para Cooperativa de Saúde e Solidariedade Social, e foi feita a admissão de novos sócios, por unânime aprovação. Passou a denominar-se Cooperativa Almadense de Solidariedade Social. Desta ideia resulta um projecto de uma Unidade de Cuidados Continuados, e outro projecto posterior de Residência Medicalizada e Apoio Domiciliário. Estes dois últimos projectos têm o objectivo de criar condições de manutenção da cooperativa.

3. Fundamentação do Projecto - Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração

Atentos à evolução dos factores de tensão social, risco e isolamento/ marginalização, com especial impacto nos segmentos do tecido social em situação de particular desfavorecimento, onde se destacam, enquanto públicos mais vulneráveis, as pessoas em situação de dependência (pessoas com doenças crónicas incapacitantes, pessoas idosas com dependências funcionais, doentes com patologia crónica múltipla), verificamos a necessidade de criar uma resposta no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados no Concelho de Almada. Após pesquisa no terreno e contacto com diversas entidades verificou-se ser prioritária a implementação de uma Unidade de Internamento de Longa Duração. O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada, reforça nesta sequência o incentivo à criação de serviços e equipamentos de apoio à terceira idade, bem como, um maior investimento na criação e/ou reforço dos serviços e equipamentos de saúde no âmbito da Rede de Cuidados Continuados Integrados.

A Unidade de Cuidados Continuados - Unidade de Internamento de Longa Duração (regulada pelo Decreto Lei 101/2006) visa criar 60 novas camas no âmbito de uma resposta inexistente no concelho. Esta resposta localizar-se-á na freguesia de Vale Fetal com o objectivo de responder às crescentes necessidades diagnosticadas pela RNCCI.

No que concerne ao Modelo Organizacional cada pessoa internada terá um processo individual que engloba:

- O diagnóstico das suas necessidades;
- O plano de internamento, de acordo com os objectivos a atingir;
- A reavaliação semanal;
- O registo de alta.

4. O Centro de Acolhimento - VITAE

A **VITAE** - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional é uma Organização Não Governamental de Apoio ao Desenvolvimento (ONGD) e Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Na sua capacidade de ONGD iniciou em Moçambique em 2003 várias actividades de apoio ao desenvolvimento, nomeadamente acções de apoio humanitário. Na sua dimensão IPSS promoveu, em termos de resposta social, o Centro de Acolhimento aos Sem - Abrigo da cidade de Lisboa.

O Centro de Acolhimento nasce do Protocolo realizado a 1 de Dezembro de 1999 entre a VITAE, o Centro Regional da Segurança Social (C.R.S.S.) de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara Municipal de Lisboa. Tem como objectivos fundamentais:

- Contribuir para a reestruturação e reabilitação física, social e profissional dos utentes;
- Satisfazer as necessidades dos Sem - Abrigo ao nível da dignidade pessoal e (re) integração na sociedade;
- Contribuir para o bem-estar e equilíbrio dos indivíduos;
- Atenuar as situações de incapacidade física e psíquica de isolamento e carência;
- Proceder ao encaminhamento individual dos utentes para as respostas existentes.

O Centro de Acolhimento oferece alojamento temporário dispondo de uma capacidade para 271 utentes (25 Camas de Mulher e 246 Camas de Homens). O espaço é usufruído pelos utentes das **18h00 às 09h00**. Serve cerca de 600 refeições por dia (271 pequenos almoços, 271 jantares, 58 almoços) e procede à higiene diária dos utentes. Oferece ainda serviços de barbearia e de lavandaria e tem à disposição dos utentes actividades de Terapia Ocupacional/Oficinal e de Formação Profissional.

5. Actividades desenvolvidas pela VITAE

Para além das actividades inerentes à natureza do Centro de Acolhimento, a VITAE

desenvolve e oferece aos utentes outros serviços como sejam acompanhamento e encaminhamento social, apoio jurídico, actividades socioculturais, cuidados básicos de saúde (enfermagem, clínica geral, psiquiatria e apoio psicológico), actividades lúdicas e leitura (biblioteca). Como complemento a estas actividades a VITAE faz ainda intervenção de rua (ETIR) visando a motivação e encaminhamento dos utentes e sua inserção social. As actividades são devidamente enquadradas, acompanhadas e assistidas por uma equipa técnica multidisciplinar composta por: (1) Uma Directora Técnica; (2) Um Director Clínico; (3) Um Médico de Clínica Geral; (4) Um Médico Psiquiatra; (5) Quatro Psicólogos Clínicos; (6) Seis Enfermeiros; (7) Cinco Assistentes Sociais e (8) Um Jurista.

No âmbito social, o Departamento de Acção Social desenvolveu um protocolo de procedimentos que resumidamente se indicam:

- Acolhimento do utente com entrevista de admissão;
- Contacto com a família e estudo social e económico do utente;
- Definição de objectivos e caminhos para atingir um projecto de vida que possa ser assumido pelo utente;
- Desencadeamento de diferentes formas de apoio em função da especificidade e necessidades de cada caso:
 - Documentação / Legalização;
 - Reformas, Pensões, RSI;
 - Refeição de Almoço;
- Contactos com entidades externas em ordem à integração sócio-profissional do utente (IEFP e Centro de formação);
- Apoio nos processos burocráticos, situações judiciais e outras de âmbito social.

6. Articulação com outras Entidades e Estruturas

Toda a actividade desenvolvida pela VITAE, nomeadamente a de natureza de acção social, é articulada com o serviço de emergência social da SCML para apoio na atribuição do cartão do refeitório dos anjos (refeição do almoço) e para eventuais apoios que possam surgir (medicação, transportes, documentos).

No que se refere a reintegração no mercado de trabalho a articulação é efectuada com diversas estruturas, designadamente UNIVAS (CEPAC, Projecto Orientar, CNAI, Crescer na Maior), clubes de emprego (AMI, CAIS) e atelier ocupacional.

Relativamente à toxicodependência, a articulação é efectuada com comunidades terapêuticas para as quais é feito o encaminhamento dos utentes toxicodependentes. Os idosos são encaminhados para estruturas adequadas a esta problemática e a população imigrante é dirigida, em função das características de cada caso, essencialmente para OIM (Organização Internacional para Migrações), CNAI (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante) e JRS (Serviço Jesuíta aos Refugiados) e SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

7. Desafios/Constrangimentos

No momento de crise que se atravessa a VITAE considera essencial criar e desenvolver a valência Centro de Dia. Esta valência permitiria um melhor acompanhamento dos utentes designadamente nas situações seguintes:

- Dificuldade no acesso a serviços de saúde mental e alcoologia e o tempo de espera;
- Desvinculação aos laços familiares, sociais e profissionais;
- Recusa dos sem-abrigo em receber apoio e em participar em actividades já organizadas;
- Dificuldade na legalização dos utentes.